

AS QUESTÕES ÉTNICO-RACIAIS NO LIVRO DIDÁTICO HISTÓRIA: A APLICAÇÃO DA LEI 10639/2003

Adenides Alves Pereira¹

Universidad Autónoma de Asunción

Resumo

Na atualidade, as questões étnico-raciais se fazem presentes nas páginas dos livros didáticos, como recorrentemente fizeram ao longo dos anos na História do Brasil, e estão representadas nos livros de História para os sétimos e quinto anos do Ensino Fundamental (anos de 2007 e 2019), analisados nesse artigo. Todavia, os conteúdos que contribuem para o entendimento sobre o assunto, no sentido de ampliar a discussão, tornando-a mais positiva, ainda precisam de um suporte maior, para um bom desenvolvimento e aplicação da Lei 10639/2003. O artigo tem como objetivo examinar e mostrar a importância dos conteúdos sobre a África na Educação Básica, considerando a relevância da Lei 10639/2003, assim como das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais para o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Destacaremos, também, a importância do ensino de História em sala de aula, o papel do professor e a importância do livro didático. A metodologia utilizada pauta-se em uma análise bibliográfica, fundamentando-se em autores como: Lima (2006), Karnal (2016), Libaneo (2006), Marquese (2006), Munakata (2000), Reis (2008), Oliveira (2012), Oliva (2003), Pinski (2010), Zubaran (2016), Mec (2004), Choppim (2004), Hall (2005), Brasil. Constituição Federal (2012), Secadi (2013) Além dos livros de didáticos dos autores, Apolinário (2007), Charlier (2017).

Palavras-Chave: Escravidão; Racismo Oculto; Século XIX; Livro didático; Lei 10639/2003; novas perspectivas de ensino.

¹ Mestrando em Educação pela UAA, Especialista e Professor de História da Rede Municipal de Educação de Goiânia e da Rede Estadual de Educação de Goiás

Abstract

Currently, ethnic-racial issues are present in the pages of textbooks, as they have repeatedly done over the years in the History of Brazil, and are represented in the History books for the seventh and fifth years of Elementary School (years 2007 and 2007). 2019), analyzed in this article. However, the contents that contribute to the understanding of the subject, in order to broaden the discussion, making it more positive, still need greater support, for a good development and application of Law 10639/2003. The article aims to examine and show the importance of content about Africa in Basic Education, considering the relevance of Law 10639/2003, as well as the National Curriculum Guidelines for the Education of Ethnic-Racial Relations for the teaching of Afro History and Culture. -Brazilian and African. We will also highlight the importance of teaching History in the classroom, the role of the teacher and the importance of the textbook. The methodology used is based on a bibliographic analysis, based on authors such as: Lima (2006), Karnal (2016), Libaneo (2006), Marquese (2006), Munakata (2000), Reis (2008), Oliveira (2012), Oliva (2003), Pinski (2010), Zubaran (2016), Mec (2004), Choppim (2004), Hall (2005), Brazil. Federal Constitution (2012), Secadi (2013) In addition to the authors' textbooks, Apolinário (2007), Charlier (2017).

Key words: *Slavery; Hidden Racism; XIX century; Textbook; Law 10639/2003; new teaching perspectives.*

INTRODUÇÃO

Ao longo dos anos, os conteúdos de História e cultura afro-brasileira e africana têm se tornado um tabu em sala de aula. Professores se deparam com alunos que não gostam da disciplina de história.

No entanto o professor pedagogo tem uma responsabilidade de transformar essa realidade mais atraente.

O tema levantado neste artigo são os conteúdos relacionados às questões étnico-raciais, com destaque para a História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.

A construção do Brasil como povo está diretamente relacionada com a diáspora africana, tornando-se impossível não tratar de tal tema em classe.

Qual o papel do professor em desenvolver esse tema em sala de aula, torna-se algo de suma importância.

Esse trabalho aborda a importância da pedagogia e seu ofício na disciplina de História em sala de aula. Sabemos que a disciplina de História é uma matéria indispensável para a vida do estudante. Será desenvolvida uma breve análise sobre o ofício do pedagogo ao ministrar a disciplina de História, devido o assunto relacionar a formação do povo brasileiro e a cultura afro-brasileira.

Ademais, será examinada a Lei 10639/2003, cuja promulgação foi relevante para o tema sobre a História e Cultura Afro-Brasileira fosse abordada nos livros didáticos e como tal tema deve ser aplicado em sala de aula. Contudo se faz necessário discutir e analisar como a escola tem trabalhado tal tema em sala de aula no dia a dia.

Será que é a falta de material didático de qualidade ou a qualificação do professor em conhecer tal tema, tem prejudicado o cumprimento da Lei 10639/2003? Se existe a lei, porque ela não é cumprida na prática. Visto que, as questões étnico-raciais permeiam as discussões históricas e culturais na atualidade. É importante conhecer a importância da Cultura Afro para a formação do povo brasileiro.

Sendo importante conhecer a história da cultura Afro no Brasil, por que os livros ainda contemplam de forma tão negativa e superficial tal conteúdo?

O trabalho será desenvolvido em quatro capítulos dando uma ênfase maior sobre o assunto.

O livro didático também será analisado no trabalho, pois é um importante recurso para o processo de ensino-aprendizagem. Durante anos, ele tem sido objeto de pesquisa de vários historiadores. Nesta pesquisa, os livros didáticos em análise pertencem “Ápis” História 5º ano editora ática 2019 e o “Projeto Araribá História”, do ano 2017 e dedicado ao sétimo ano, da Editora Moderna. Eles evidenciam uma abordagem frágil a respeito dos conteúdos relacionados à África como, por exemplo, a escravidão e a resistência, situação que não se sucede com outros assuntos.

O Livro Didático, além de ser considerado o principal recurso educacional

usado para a formação do aluno, é o material mais tradicional, sendo umas das poucas ferramentas mais utilizadas de ensino-aprendizagem pelo professor no ambiente escolar de modo a transmitir informações e construir conhecimentos, por isso, deve conter elementos que atraem a curiosidade do aluno.

O PROFESSOR PEDAGOGO

A palavra Pedagogia tem origem na Grécia, paidós (criança) e agodé (condução). A palavra grega Paidagogos é formada pela palavra paidós (criança) e agogos (condutor). Por tanto, pedagogo significa condutor de crianças, ou seja, aquele que conduz o ensino a criança.

Em suma, é o profissional responsável por desenvolver o processo de ensino-aprendizagem da criança. Mas esse trabalho deve estar atrelado ao educar para humanizar, levar a criança a se perceber como cidadão, capaz de respeitar o outro, sem nenhuma forma de discriminação. Cuidar e educar na perspectiva da humanização, problematizando as questões que tenham uma relevância social para a vida.

O ENSINO DE HISTÓRIA

O ensino de História em sala de aula é de suma importância, logo é necessário, que o aluno entenda a realidade em que ele está inserido. “Em uma sociedade como a nossa em que as desigualdades sociais são gritantes, o compromisso da História seria o de aprofundar esta complexa noção para evitar a banalização do termo” (BITTENCOURT, 2004, p. 22).

O Brasil é um país desigual, porém é preciso que o estudante perceba o momento histórico ao qual ele está inserido. Ele precisa entender que como ser humano também é sujeito da História, e faz História.

A história é uma ciência humana que estuda a vida do homem através do tempo. Ela investiga o que os homens fizeram, pensaram e sentiram enquanto seres sociais. Nesse sentido, o conhecimento histórico ajuda na compreensão do ser humano enquanto ser que constrói seu tempo.

A história deve ser apresentada ao estudante como uma disciplina feita por homens, mulheres, crianças, ricos e pobres; por governantes e governados, por dominantes e dominados, pela guerra e pela paz, por intelectuais e principalmente pelas pessoas comuns, desde os tempos mais remotos. A história está presente no cotidiano e serve de alerta à condição humana de agente transformador do mundo.

O LIVRO DIDÁTICO

O livro didático é uma ferramenta imprescindível em sala de aula, mesmo com sua fragilidade de conteúdo, mas é ainda a única ferramenta em muitas unidades escolares que possibilita a aprendizagem de pessoas de diferentes níveis culturais e sociais. Por vezes, ele não existe em quantidade suficiente para atender a demanda de alunos de determinada escola; noutras vezes ele não aborda assuntos considerados importantes para a construção do conhecimento; ou ainda traz de forma muito simplificada e superficial a temática tratada neste estudo.

A fragilidade de conteúdo poderia ser evitada no período de escolha do material didático. Todavia, esse momento se desenvolve de maneira bastante rápida dentro das escolas, instante em que os professores apenas folheiam os livros escolares, não dando a atenção necessária para o que deve e o que não deve ser contemplado em classe. Essa pressa deixa claro que não há um compromisso mais eficaz, nesse sentido, por parte das Secretarias Educacionais (MUNAKATA, 2013, p. 179).

Neste sentido, fica evidente uma falha no processo de escolha, que nos leva a atestar de que não se trata de um programa eficiente. Logo, poderiam ser utilizados outros métodos como, por exemplo, disponibilizar um dia para análise e discussões entre os professores das diversas disciplinas, a fim de se perceber quais os conteúdos de determinadas matérias estão sendo contemplados ou não.

Mesmo com todas essas questões, o livro didático é fundamental para o desenvolvimento da aula, à medida que se configura como um “depositário”, uma espécie de guardião dos conteúdos escolares, fundamental para a organização dos assuntos listados pelas propostas curriculares e, também, para sugerir técnicas para o melhoramento das mediações pedagógicas, isto é, entre o texto e os recursos

iconográficos presentes no livro, a explicação do professor e a compreensão do aluno (BITTENCOURT, 2004, p. 72). Isto posto, após a escolha do livro didático que será a base de sua atividade docente, cabe ao professor lançar mão de algum material de apoio que, porventura, possa contemplar o que ficou oculto em suas páginas.

As ideologias são outro elemento a merecer uma análise quando o assunto são os livros didáticos. Por consequência, é importante problematizar, o porquê, das ideologias se manifestam através das formas representadas de determinados assuntos, seja por imagem ou por textos fragmentados, constituindo-se em um problema no interior da sala de aula. A representação dos conteúdos, no livro didático, é como um espelho que reflete o interesse dos grupos dominantes.

Como ressalva Choppim (2004, p. 557), não se resume apenas a isso:

O livro didático não é um simples espelho: ele modifica a realidade para educar as novas gerações, fornecendo uma imagem deformada, esquematizada, modelada, frequentemente *[sic]* de forma favorável: as ações contrárias à moral são quase sempre punidas exemplarmente; os conflitos sociais, os atos delituosos ou a violência cotidiana são sistematicamente silenciados.

Dessa forma, é fundamental que o professor pedagogo mostre ao estudante além da imagem ou texto lidos a fim de se aproximar de uma representação mais próxima da realidade. Logo, o professor tem que ter um viés metodológico para perceber isso, caso contrário continuará a explanar de forma tradicional, sem perspectiva de mudanças.

O conteúdo dos livros escolares, que versam sobre História e Cultura Afro-Brasileira, são assuntos pertinentes a várias pesquisas, atualmente. No entanto, a principal preocupação dos pesquisadores é sobre a Lei 10639/2003, que não vem sendo cumprida nas instituições de ensino.

Nesse ínterim, Oliva (2009, p. 221) destaca que os conteúdos relativos à África e sua influência na formação do Brasil apresentam fragilidades quando são comparados a outros conteúdos, como – por exemplo – “a Idade Média, o Renascimento Cultural, o Absolutismo Monárquico e a Reforma Religiosa”, aos quais são disponibilizadas, “em média, de dez a trinta páginas” para análise. Percebe-se, a partir do estudo desse autor, que os conteúdos sobre o continente africano são ignorados nos manuais didáticos e quando são abordados, o número

de páginas é inferior àquelas dedicadas a outros assuntos.

Verifica-se, assim, que a Lei 10639/2003 ainda sofre muita resistência, a dificultar a sua plena aplicabilidade e a concretização de seus objetivos educacionais. Dessa forma, é importante que tanto o Ministério da Educação e Cultura (MEC) e as Secretarias de Educação, estaduais e municipais, atuem em uníssono para alcançar o melhoramento das políticas públicas de igualdade étnico-racial, conforme as determinações feitas pela SECADI, em 2013².

De acordo com a Lei em análise nessa pesquisa, os conteúdos relativos à História e Cultura Afro-Brasileira têm de ser estudados, em todos os estabelecimentos de ensino, facultando, ao aluno, o aprendizado de um conhecimento a mais acerca da formação do povo brasileiro, que está intrinsecamente associada às raízes étnicas africanas. Trabalhar tais assuntos, em ambiente escolar, é importante para se construir uma sociedade brasileira mais cidadã, a promover o respeito à diversidade cultural e a prevenir questões estruturais, como o racismo e a discriminação. Segundo o ensino de Helena (2012, p. 397), apenas a Lei 10639/2003 – que altera os currículos educacionais – é capaz de modificar as “velhas práticas sociais e políticas discriminatórias, que permeiam nossa sociedade”.

Ao folhear um livro de História do 4º ao 5º ano, verifica-se que os conteúdos precisam de algo a mais, além do resumo de fato apresentado, pois só vem a reforçar o que já conhecemos como desigualdade e racismo, fruto do modelo de sociedade que nega suas origens e reprime sua cultura.

Descobrimos que o racismo se expressa através do deslocamento, através da negação, através da capacidade de dizer duas coisas contraditórias ao mesmo tempo, a imagem de superfície falando de um conteúdo indizível, o conteúdo reprimido de uma cultura (HALL, 1996, p. 15-24).

Como se pode formar uma Cidadão, visto que, a criança é impedida de estudar uma cultura importante para a compreensão da formação de sua nação e de seu povo, então, ficará prejudicado quanto ao entendimento sobre suas origens. Fica evidente que, devido a essa compreensão precária, o racismo, o preconceito e

² De acordo com a SECADI (2013, p. 20), para a implementação de políticas públicas que objetivam a igualdade étnico-racial, é imprescindível “Criar e consolidar agendas propositivas junto aos diversos atores do Plano Nacional para disseminar as Leis nº 10639/2003 e nº 11645/08, junto a gestores e técnicos, no âmbito federal e nas gestões educacionais de municípios, estados e do Distrito Federal, garantindo condições adequadas para seu pleno desenvolvimento como política de Estado”.

os estereótipos vão fazer parte da vida cultural dessa criança. Para que ocorra mudanças, é mister que haja um incentivo quanto aos estudos acerca da questão cultural, a gerar novos caminhos.

O incentivo à cultura, em todos os seus matizes e definições, são um caminho importante, de fato, às experiências culturais, dentro e fora da escola, complementam e interagem com a formação escolar. No limite, a própria experiência escolar faz parte da vida cultural de uma sociedade (PINSKY, 2010, p.74).

Para começar a mudar a História de uma sociedade, em que o preconceito racial está presente, o primeiro passo será dentro das comunidades escolares, com a aplicação da Lei 10639/2003, que veio para desconstruir todos os estereótipos negativos sobre a população negra, construídos durante séculos de exploração, a ser capaz de sugerir uma nova postura cultural para a sociedade, em geral, conforme diz Lima (2006, p. 70):

A África está em nossa cultura, em nossa vida, independentemente de nossa origem familiar pessoal. Sendo brasileiros, carregamos dentro de nós muito da África. Portanto, conhecer a História da África é um caminho para entendermos a nós mesmos.

Neste sentido, é preciso trabalhar melhor a forma de lidar com o que os livros mostram sobre a população negra. O professor pedagogo necessita modifica sua postura, a forma como trabalha tais temas, um novo modelo social será construído na vida das pessoas. Caso contrário, se o professor não supera o tradicionalismo educacional, não há contribuição para mudanças referentes às questões étnico-raciais.

Assim sendo, faz necessário analisar, observar como Lei 10639/2003, esta presente nos livros didáticos, ao longo dos anos e séries, no sentido de diminuir as imagens e modelos que fortalecem uma compreensão negativa do outro e a discriminação, que ocorrem atualmente, visto que, os livros didáticos apresentam uma fragilidade de representação sobre a História e Cultura Afro-Brasileira. E essa fragilidade, também é notada na ausência de um suporte didático adequado, o acarreta na ocorrência persistente de erros, não obstante ser a Lei o caminho para mudar essa perspectiva.

ANÁLISE DO LIVRO DIDÁTICO: “PROJETO ARARIBÁ HISTÓRIA E ÀPIS ”

O livro é material que propõe a uma ação educativa que as escolas “escolhem” levando considerando as demandas de sua clientela. Ao analisar de como são abordados os assuntos referentes às questões étnico-raciais de dois livros didáticos adotados em uma Escola da Rede Municipal de Educação de Goiânia: “Projeto Araribá História”, nos anos 2007 (*vide* figura 1) e 2019 5º ano História Ápis. (*vide* figura 2). UM livros 7º ano é de autoria da professora Maria Raquel Apolinário, bacharel e licenciada em História pela Universidade de São Paulo (USP), que atua na rede estadual e municipal de ensino há 12 anos, produzido pela Editora Moderna. O outro do 5º ano da autora Anna Maria Charlie, Bacharel e licenciada em História pela Universidade de São Paulo (USP), Bacharel e licenciada em Geografia pela Universidade de São Paulo (USP). Ex-professora, diretora e supervisora do Ensino Fundamental e Médio na rede pública e em escola particulares do estado de São Paulo.

Figura 1 – Capa do Livro “Projeto Araribá História”, 2007.



Fonte: Arquivo pessoal do autor.

Figura 2 – Capa do Livro “ História Ápis 5º ano ”, 2019.



Fonte: Arquivo pessoal do autor.

Se observarmos o tema “escravidão”, verificaremos que ele foi abordado de forma bastante resumida na versão de 2007 (quatro anos após a promulgação da Lei 10639/2003), sendo dedicada apenas uma página (de número 223, *vide* figura 3), não sendo disponibilizado outro suporte didático para a complementação do conteúdo.

O mesmo tema foi abordado pela edição de 2019 (*vide* figura 4), o texto é insuficiente e resumido, mesmo após 16 anos de aprovação da Lei 10639/2003.

Figura 3 – Páginas 223 e 224, Livro “Projeto Araribá História”, 2007.

TEMA 4

Escavidão e resistência

A escravidão foi o aspecto mais marcante da colonialização na América portuguesa.

A África e o tráfico negroiro

Até o século XV, a África era um continente habitado por povos de diferentes etnias. Alguns povos estavam organizados em aldeias, formadas por conjuntos de famílias que viviam sob o comando de anciãos. Outros estavam organizados em reinos e Estados.

A escravidão era praticada em vários reinos africanos. Em geral, os cativos eram prisioneiros de guerra ou pessoas que não conseguiam pagar suas dívidas.

A vida das sociedades africanas alterou-se com a chegada dos europeus no século XV. Os primeiros a desembarcar foram os portugueses, que construíram feitorias ao longo do litoral e procuraram monopolizar a rede comercial africana. Em troca de ouro, marfim e escravos, os portugueses ofereciam tecidos, tabaco, metais, ferreiras, aguardente, cavalos e armas.

No início eram os mercadores portugueses que capturavam os africanos. Mais tarde, os próprios chefes africanos passaram a organizar violentas incursões ao interior. Ora atacando as aldeias, ora criando emboscadas, capturavam um elevado número de homens, mulheres e crianças. Acorrentados, os cativos chegavam às feitorias no litoral para esperar o embarque.

A duração da travessia variava de acordo com o porto de chegada: cerca de 35 dias para o Recife e de 60 para o Rio de Janeiro. Em razão das péssimas condições da viagem, o índice de mortalidade era elevado. Isso explica por que, no século XIX, os navios negreiros foram chamados de **tumbeiros**, uma alusão às tumbas, sepulturas.

Glossário

Incursão
Ataque violento; invasão; penetração.

Africanos do grupo étnico Mandinga são capturados e levados em barcos para comerciantes, região do Senegal, desenho de 1750.

A violência contra o escravo

Nos mercados, próximos aos portos de desembarque, a população negra era exposta para ser comercializada. Os preços variavam de acordo com o sexo, a idade e as condições físicas. Dos mercados, os africanos escravizados eram levados para os engenhos, para as minas e para as cidades.

A violência da captura na África e da viagem nos tumbeiros também fazia parte do cotidiano dos escravos no Brasil. Além dos trabalhos forçados, castigos eram aplicados para controlar e reprimir os escravos nas fazendas. Para isso, empregavam-se diversos instrumentos de tortura: chicotes, troncos, gargalheiras, máscaras de flandres, algemas, correntes, palmatória.

Aos cativos que haviam fugido e eram recapturados pelos capitães-do-mato obrigava-se o uso das gargalheiras. Outra modalidade de castigo aplicada aos fujões era marcá-los com a letra F, com ferro em brasa.

A resistência

Usando meios pacíficos ou violentos, os africanos resistiam à crueldade da escravidão, em defesa de sua condição humana, de suas necessidades e de sua cultura.

Muitos negros escravizados evitavam ter filhos ou entravam em um estado de profunda tristeza (chamado **banzo**), que muitas vezes os levava à morte.

Os escravos resistiam também de modo mais direto. Não foram poucas as ocorrências de escravos negros que roubaram os pertences do senhor, assassinaram feitores, capitães-do-mato e familiares do senhor.

Nenhuma forma de resistência foi mais significativa que a fuga. Afinal, ela representava o fim das agressões físicas, do trabalho forçado, da submissão à vontade dos outros.

Nem todo escravo era bem-sucedido na fuga. Um capitão-do-mato podia capturá-lo, ou uma autoridade podia desconfiar da sua condição de livre e devolvê-lo ao seu dono.

Boa parte dos escravos que conseguiram fugir embrenhava-se nos matos e formava quilombos, ou seja, aldeias de escravos fugitivos.

Glossário

Banzo
Moléstia que atingia os negros escravizados, geralmente atribuída ao sentimento de saudade da África. Os sintomas principais eram a apatia, o desânimo e a falta de apetite.

Capitão-do-mato, gravura de Johann Moritz Rugendas, 1835. Muitos escravos fugitivos acabavam sendo capturados pelos capitães-do-mato, que eram contratados pelos proprietários.

Fonte: Arquivo pessoal do autor.

A edição de 2007, do livro analisado, traz na página 223, que corresponde a abertura do capítulo “Escavidão e Resistência”, duas imagens mostrando a força do homem branco sobre e contra o negro e um glossário para a palavra “incursões”. Na página seguinte, a de número 224 vemos uma imagem de instrumentos de castigo para os escravos que oferecessem alguma resistência e outra que apresenta a captura de um escravo fugido pelo capitão-do-mato (*vide* figura 3).

A edição de 2019, por seu turno, traz a imagem de africanos fugindo para os quilombos. Na página seguinte, é apresentada uma imagem em que há uma pessoa presa em uma estrutura de madeira, chamada de “tronco”, como forma de castigo sendo açoitada.

A edição de 2019 mostra a questão da escravidão ocorrido no período do Brasil colonial. É visível tanto no primeiro livro como no segundo a afirmação dos estereótipos reforçando ainda mais a vida no negro neste período.

Figura 4 – 79, 80 Livro “Ápis 5º ano”, 2019.

4


► A conquista dos direitos no Brasil

Das primeiras décadas da colonização portuguesa na América, no século XVI, até a libertação dos escravizados, em 1888, apenas uma parte da população brasileira era livre. Até o final do século XIX, a escravidão era permitida por lei, embora muitas pessoas não a considerassem justa.

O **auge** da escravidão ocorreu a partir da metade do século XVIII até a metade do século XIX. Foi nesse período que o maior número de africanos foi trazido à força para o Brasil. Aqui eram obrigados a trabalhar nas atividades mais duras e sofriam inúmeros castigos e violências.


Muitos escravizados se revoltavam e fugiam para os quilombos, locais onde podiam viver livres e com mais segurança. Outros se refugiavam em cidades onde recebiam a ajuda de parte da população.

auge: o ponto mais elevado; neste caso, o período em que o Brasil tinha o maior número de pessoas escravizadas.



► Fuga de escravos, de François-Auguste Biard (óleo sobre tela de 33 cm x 52 cm), 1859. O artista visitou o Brasil em 1858.

A imagem a seguir foi produzida por Jean-Baptiste Debret, artista francês que, com outros artistas, veio ao Brasil no século XIX para ensinar artes plásticas. Esses artistas produziram diversas gravuras e ilustrações sobre o cotidiano no Brasil e, por meio delas, é possível ter pistas do que mais chamava a atenção de estrangeiros que visitavam o Brasil naquela época.



► Feitores castigando negros, de Jean-Baptiste Debret (litografia de 33 cm x 21 cm), presente na obra Viagem pitoresca e histórica ao Brasil, publicada entre 1834 e 1839.

Fonte: Arquivo pessoal do autor.

O que nos chama a atenção é a falta de informação a respeito da Lei 10639/2003, que dispõe sobre o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Em nenhuma das páginas averiguadas, nos livros, a Lei ou seus objetivos são enfatizados ou, ao menos, meramente citados (*vide* figura 4).

Assuntos relacionados às questões étnico-raciais estão muito superficiais nas páginas analisadas, sendo necessário ao professor um suporte para prosseguir com a aula. A crítica aqui levantada é para uma complementação, no intuito de se prevalecer o que a Lei 10639/2003 dispõe em seus artigos: “realizar levantamento, no âmbito de cada sistema, da presença de conteúdos de Educação das Relações

Étnico-Raciais "(SECADI, 2013, p.26). Estabelece relação entre a lei e o conteúdo apresentado no livro pode deixar o professor sem saída, se ele não tiver um suporte didático.

Se for para aplicar a Lei, é preciso mais que páginas resumidas com os conteúdos. Falar da África em sala tem que ser na mesma vertente de quando se fala de Europa em si, ou seja, não apresentar o assunto superficialmente, mas com uma perspectiva diferente, mais aprofundada.

Apresentar História dos povos africanos em seu conjunto, não numa perspectiva simplista e homogeneizadora que não vê a pluralidade e a diversidade da África, mas entendendo as conexões e trocas, bem como a presença de aspectos de semelhança e identidade (LIMA, 2006, p. 79).

O professor pedagogo deve demonstrar para o aluno que os africanos, além da dominação europeia que levou centenas deles à escravidão, eram pessoas que tinham uma vida, uma cultura, uma identidade. Todavia, a partir do momento em que os europeus entraram em contato com os povos africanos, tal identidade e Histórias serão afetadas.

O tratamento destinado aos afrodescendentes deve ser igual àquele que se destina aos descendentes de outros povos formadores do povo brasileiro e que habitam o território nacional, conforme diz a Constituição Federal (1988):

Art. 5º - Todos são iguais perante a Lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade (BRASIL, 1988, p. 8).

A disposição dos conteúdos sobre África, nos livros escolares, não influencia em nada o modo como será ensinado ao aluno. O que é preciso ser feito para que os jovens possam sentir a diferença, é fazer com que a Lei 10639/2003 seja realmente aplicada e enfatizada dentro da sala de aula.

O que se percebe nas páginas analisadas é que em 16 anos após a publicação da Lei 10639/2003 (se tomarmos a edição de 2019 como referência), as abordagens sobre assuntos relacionados à África permaneceram iguais, tanto na edição de 2007 quanto na de 2019.

Era esperado, nas duas edições, um novo modelo de apresentação, para que tais assuntos pudessem nortear uma discussão mais pertinente, devido a sua

obrigatoriedade, “a partir da Lei 10639/2003, estes conteúdos tornaram-se obrigatórios nos currículos escolares de estabelecimentos de ensino públicos e privados no nosso País” (LIMA, 2006, p.70). Sendo obrigatória, urge ser feito algo para mudar as concepções ideológicas que ainda se fazem presentes nas páginas do material didático.

É positiva a interdisciplinaridade, que pode ser vista como a forma mais eficaz de se contemplar os objetivos propostos pela Lei 10639/2003. Dessa forma, os professores trabalhariam os conteúdos relacionados às questões étnico-raciais, conjuntamente, com o intuito de fazer o aluno interagir e aprender sobre o tema, pois teria uma visão mais global, não apenas a dada por uma disciplina. A interdisciplinaridade é fundamental, ou seja, é uma ferramenta que completa um vazio dentro da aplicação dos conteúdos relacionados à cultura afro-brasileira e africana.

As páginas dos livros analisados reforçam, como já foi dito, a questão da discriminação e, conseqüentemente, uma desigualdade. Trabalhar um tema voltado ao escravismo, envolvendo mais de uma disciplina é interessante, na medida em que leva o aluno a refletir sobre questões da atualidade.

Ao desenvolver no aluno a capacidade de refletir sobre o período histórico em que houve a escravidão, deve proporcionar a análise sobre a questão racial e a desigualdade no Brasil, buscando, na questão da escravidão, uma das possibilidades de interpretação para os problemas vividos ainda hoje (KARNAL,2016, p.63).

Em concordância com a perspectiva de Karnal (2016), vale ressaltar a importância do tema transversal para um desafio ainda além do que nos mostra a realidade sobre a Lei, referente aos assuntos étnico-raciais. No entanto, o tema abordado sobre escravidão é muito pertinente na atualidade. Karnal (2016) afirma que a “transversalidade pressupõe um objetivo maior, que pode ser inclusive a questão do preconceito racial”. Neste sentido, os assuntos retratados nos livros didáticos precisam ser abordados de formas diferentes durante as aulas.

Os conteúdos nos livros pesquisados ainda deixam lacunas e estereótipos negativos atinentes ao assunto História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. No entanto, após 14 anos de Lei entrar em vigor, os livros precisam

contemplar ainda mais os critérios propostos pelo Programa Nacional do Livro Didático (PNLD).

Os princípios e critérios estabelecidos no PNLD definem que, quanto à construção de uma sociedade democrática, os livros didáticos deverão promover positivamente a imagem de afrodescendentes e, também, a cultura afro-brasileira, dando visibilidade aos seus valores, tradições, organizações e saberes socio científicos. Para tanto, os livros destinados a professores (as) e alunos (as) devem abordar a temática das relações étnico-raciais, do preconceito, da discriminação racial e violências correlatas, visando à construção de uma sociedade antirracista, justa e igualitária segundo o Edital do PNLD (SECADI, 2013, p.22).

Conforme os critérios da PNLD, ainda há muito a ser feito. O livro carece de algo além de resumo e imagens repetidas. Por isso, outros métodos têm que ser apreciados, visando estimular no aluno o interesse de aprender e perceber a importância dos estudos sobre as questões étnico-raciais.

Em vista disso, têm-se várias possibilidades para que a Lei 10639/2003 seja trabalhada com mais precisão. O que salta aos olhos é o desinteresse das Secretarias de Educação em orientar e exigir das escolas que os alunos recebam o aprendizado pleno sobre o conteúdo que envolve os problemas sociais na atualidade e que eles tenham oportunidade de mudanças em sua aprendizagem, suprimindo os modelos negativos e contribuindo para uma sociedade melhor.

É necessário propor uma nova forma de aplicação da Lei, contemplando melhor os conteúdos sobre História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, contextualizando-os com o tempo presente. Além de várias secretarias que foram criadas, como a SECADI e a SEPPIR, e de vários autores sobre o tema, muitas conferências foram realizadas, para expansão do assunto de igualdade racial, que é importante no âmbito da relação cultural. Apesar disso, há ainda uma carência do assunto, que – não obstante ser fundamental – necessita ser colocado de forma concreta nas escolas, que possa responder todas as perguntas relacionadas às questões étnico-raciais, no Brasil.

O objetivo desse trabalho foi analisar e observar nas edições de 2007 e de 2019 dos livros didáticos do Ensino Fundamental I e II, 5º e 7º ano, séries que o professor pedagogo se faz presente. Outro aspecto desse Trabalho foi perceber como são apresentados os conteúdos relacionados à Lei 10639/2003. Abordei

Dessa forma, atestamos que continuam a se repetir as fragilidades. Contudo, podemos afirmar que existem outras possibilidades para que esse tema possa realmente ser trabalhado de forma mais eficaz dentro da sala de aula. É de suma importância, a união de todas as esferas envolvidas na vida estudantil, para que possam somar contribuições, visando uma nova perspectiva, uma mudança de um paradigma negativo para um positivo, a promover o melhoramento do material didático, que é tão importante para o professor e para o aluno, no seio escolar.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição Federal. Texto Constitucional Promulgada em 5 de outubro 1988, com alteração adotadas pelas Emendas Constitucionais nº 1/92 a /2012 e pelas Emendas Constitucionais de Revisão Nº 1 a 6/94. p.8.

_____. Ministério da Educação/SECADI/Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial- SEPPIR. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Brasília, 2013.

_____. Presidência da República. Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”, e dá outras providências. Brasília, 2003.

_____. Plano Nacional De Implementação Das Diretrizes Curriculares Nacionais Para A Educação Das Relações Étnico-Raciais E Para O Ensino De História E Cultura Afro-Brasileira E Africana. Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão. Brasília: MEC, SECADI, 2013. p. 20, 22, 26,48.

_____.MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA (MEC). Guia do livro didático. Brasília, 2004. Disponível em: <www.fnede.gov.br/programas/pnld>.

BITTENCOURT, Circe. Produção didática de História: trajetórias de pesquisas. Revista de História, São Paulo, n. 164, p. 555, jan./jun. 2011.

_____.(Org.). O saber histórico na sala de aula.9.ed. São Paulo: Contexto, 2004.
CHOPPIN, Alain. História dos livros e das edições didáticas: sobre o estado da arte. Educação e pesquisa, São Paulo, set./dez. 2004.p. 549-566.

HALL, Stuart. Raça, cultura e comunicações: olhando para trás e para frente dos Estudos Culturais. Projeto História. São Paulo, PUC/SP, n.º 31, julho/dezembro de 2005.pp. 15-24.

KARNAL, Leandro. (Org.). História na sala de aula: conceitos, práticas propostas. 6. ed. São Paulo: Contexto, 2016. p. 22, 28, 62.

LIBANEO, José Carlos. Diretrizes curriculares da pedagogia: imprecisões teóricas e concepção estreita da formação profissional de educadores. Educação & Sociedade, Campinas, v. 27, n.96, especial, out. 2006.

MARQUESE, Rafael de Bivar. A dinâmica da escravidão no Brasil: resistência escrava, tráfico negreiro e alforria – Século XVII a XIX. Novos Estudos. Ceprap, 2006. p.107-123.

MUNAKATA, Kazumi. Indagações sobre a História ensinada. In: GUAZZELLI, César et. al.(org.). Questões de Teoria e Metodologia da História. Porto Alegre: Editora da Universidade/ UFRGS, 2000.

REIS, Helena Esser. Diversidade e Respeito: Suposto Para Formação dos Cidadãos Educação para as relações étnico raciais/ Orgs: MORAES, C. C. P; LISBOA, A.S;

ROCHA, Eloísa Alcíres Candal. Diretrizes educacionais - pedagógicas para a educação infantil. Tubarão, 2008.

OLIVEIRA, L. F./ autores: Allysson Fernandes... [et al.]; – 2ª. ed. – Goiânia : FUNAPE : UFG/ Ciar, 2012. P. 397.

OLIVA, Anderson, Ribeiro.A História da África nos bancos escolares.Representações e imprecisões na literatura didática Estudos Afro-Asiáticos.Ano 25, n. 3, 2003.

PINSKY,Carla Bassanezi(org.). Novos temas nas aulas de História. 1.Ed, 2ª Reimpressão. São Paulo: Contexto, 2010. p. 22- 145.

ZUBARAN, Maria Angélica; WORTMANN, Maria Lúcia; KIRCHOFF, Edgar Roberto. Stuart Hall e as questões étnico-raciais no Brasil: cultura, representações e identidades. Projeto História, São Paulo, n. 56, maio-agosto de 2016.p.9-38.

Livros Didáticos

APOLINÁRIO, Maria Raquel (org.). História: ensino fundamental, 7ª. Projeto Araribá. 2- ed. São Paulo: Moderna, 2017.

CHARLIER, Anna Maria. Ápis história 5º ano: ensino fundamental, anos iniciais/Anna Maria Charlier, Maria Elena Simielle. – 2º ed.—São Paulo: Ática, 2017.